



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

1. A ENTIDADE

A criação da Unidade Gestora e Regime Próprio Único de Previdência do Estado do Amazonas, pela Lei Complementar Estadual n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, demonstrou a vontade política do governante em adotar a nova cultura previdenciária consignada no texto Constitucional e regulamentada com a Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, de sorte a salvaguardar os direitos previdenciários dos servidores públicos estaduais.

A publicação da Lei Complementar n.º 93, de 25 de novembro de 2011, ratificada pela Lei Complementar n.º 117, de 20 de maio de 2013, altera a natureza jurídica da Amazonprev para Fundação de Direito Público, vinculada à Secretaria de Administração e Gestão – SEAD, mantendo a gestão do Sistema Previdenciário do Estado com os planos de benefícios e de custeio expressos na Lei Complementar Estadual consolidada em 29 de julho de 2014 e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar n.181, de 06 de novembro de 2017 que, dentre outros aspectos, harmoniza os critérios para concessão das pensões previdenciárias ao disposto na Lei 13.135, de 17 de junho de 2015 e promove adequações ao texto original garantindo maior segurança jurídica à Previdência Estadual, a fim de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema, como dispõe a legislação federal específica para os Regimes Próprios de Previdência Social.

Adotando instrumentos norteadores de gestão como: Planejamento Estratégico, Plano de Aplicações e Investimentos, pautado na Resolução CMN. n.º 3922/2010, e Sistema de Gestão da Qualidade, a Fundação tem obtido regularmente o CRP- Certificado de Regularidade Previdenciária junto à Secretaria de Previdência-Ministério da Economia, a Certificação dos serviços previdenciários no padrão internacional ISO 9001:2008, ISO 9001:2015 e, por três anos consecutivos, Prêmio de Boas Práticas de Gestão, promovido pela ANEPREM – **Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios**, elevando o Estado do Amazonas à referência nacional no escopo previdenciário e encerrando o exercício de 2019 de maneira exitosa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretária de Previdência – SPREV e Secretária do Tesouro Nacional – STN, por meio da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 8ª edição, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV n.º 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN n.º 877, de



18 de dezembro de 2018, bem como em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, Portaria STN n.º 753 de 21 de Dezembro e 2012, que estabelece auxílio através das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC (atualizadas em 2020), Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Portaria STN n.º 840 de 21 de dezembro de 2016, Portaria STN n.º 510, de 10 de agosto de 2016, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 02, de 22 de dezembro de 2016, Portaria MPS n.º 509, de 13 de dezembro de 2013 (específica para os RPPS), que dispõem sobre a adoção do Plano de Contas e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, pelos Regimes Próprios de Previdência Social de todos os Entes federativos.

As Notas Explicativas evidenciam os valores relevantes expressos nas Demonstrações Contábeis deste exercício, comparativamente com os valores referentes ao exercício de 2018.

3. AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

3.1.1 Critérios contábeis adotados para o Balanço Orçamentário

- a) O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e anexo 12 da Lei 4.320/64 apresenta as Receitas Estimadas e as Despesas Fixadas no orçamento, em confronto com as Receitas Arrecadadas e as Despesas Executadas, respectivamente;
- b) Confrontando-se as Receitas Executadas com as Estimadas, é possível avaliar o grau de planejamento e o desempenho da arrecadação em determinado período, a partir das diferenças;
- c) Quando confrontadas as Despesas Executadas com as Autorizadas, é possível analisar o comportamento da administração e ação do gestor, mediante autorização legislativa que limitou os gastos;
- d) O confronto das diferenças entre as Receitas Previstas e as Despesas Fixadas, bem como entre as Receitas e Despesas Executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit ou déficit;

3.1.2 Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias.

- a) As Receitas Orçamentárias são caracterizadas conforme art. 11 da Lei 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art.35 da lei 4.320/64);
- b) As Receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em reais;



- c) As Receitas Orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) constante na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 24 de setembro de 2019;
- d) As Receitas estão listadas pelos valores líquidos das deduções. As deduções de receita atualmente previstas pela legislação são: Dedução, Renúncia de Receita, Isenções e Descontos Concedidos;

3.1.3 Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias.

- a) As Despesas Orçamentárias, resultantes de autorização legislativa fixadas na Lei Estadual nº 4.745 de 31/12/2018 (Lei de Orçamento Anual – LOA, seguem em regime contábil da competência, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art.35 da Lei 4.320/64);
- b) As Despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressas em reais.
- c) As Despesas Orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.6.
- d) As despesas são elencadas pelos seus valores empenhados no exercício.

3.1.4 Análise do Resultado apurado

- a) O total da Despesa Fixada para o período (orçamento inicial e suas alterações estão demonstradas a baixo:

Dotação Inicial	1.672.683.300,00
Excesso de Arrecadação do Tesouro	559.622.839,11
Crédito Suplementar a Superávit Financeiro	41.284.150,77
Crédito Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação	633.947.222,08
Destaques Recebidos	25.628.618,25
Destaques Concedidos	(63.060,00)
Anulação Total ou Parcial de Dotação	(157.794.303,42)
Dotação Atualizada	2.775.308.766,79

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



- b) O total da Despesa, após alterações necessárias no período, foi de R\$2.775.308.766,79 (Dois bilhões e setecentos e setenta e cinco milhões e trezentos e oito mil e setecentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos), tendo finalizado o exercício com valores empenhados de R\$ 2.311.033.726,22 (Dois bilhões e trezentos e onze milhões e trinta e três mil e setecentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), proporcionando uma economia no valor de R\$ 464.275.040,57 diante do confronto entre despesas fixadas atualizadas e despesas realizadas. O total da Receita prevista para o período (orçamento inicial) foi de R\$ 1.165.603.000,00 (Um bilhão e cento e sessenta e cinco milhões e seiscentos e três mil reais), que atualizada durante o exercício passou a ser R\$ 1.318.425.839,11 (Um Bilhão e Trezentos e Dezoito Milhões e Quatrocentos e Vinte e Cinco Mil e Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Onze Centavos), tendo uma Previsão adicional ou excesso de arrecadação na ordem de R\$ 559.622.839,11 (Quinhentos e Cinquenta e Nove Milhões e Seiscentos e Vinte e Dois Mil e Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Onze Centavos). As receitas realizadas ao final do exercício atingiram o montante de R\$ 1.477.728.971,41 (Um Bilhão e Quatrocentos e Setenta e Sete Milhões e Setecentos e Vinte e Oito Mil e Novecentos e Setenta e Um Reais e Quarenta e Um Centavos), apurando um valor a maior na ordem de R\$ 159.303.132,30 (Cento e Cinquenta e Nove Milhões e Trezentos e Três Mil e Cento e Trinta e Dois Reais e Trinta Centavos) em relação ao previsto, devidamente atualizado.
- c) O déficit orçamentário no valor de R\$ 833.304.754,81 (Oitocentos e Trinta e Três Milhões e Trezentos e Quatro Mil e Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Oitenta e Um Centavos), origina-se da insuficiência financeira corrente das contribuições previdenciárias para o pagamento dos benefícios dos segurados do Fundo Financeiro, exigindo cobertura oriunda do Orçamento Estadual na forma de repasse financeiro, eis que esse Fundo adota o regime de repartição simples, estando o pagamento dos benefícios previdenciários a cargo do Estado. Para esse Fundo, as contribuições previdenciárias (Receitas) são insuficientes para pagamento dos benefícios (Despesas), cabendo ao Estado aportar recursos complementares para suportar o déficit corrente, ou insuficiência financeira.

3.1.5 Análise do Balanço Orçamentário por meio dos quocientes.

A análise por quociente demonstra as principais relações e índices apurados: Receitas Correntes menos Receitas Patrimoniais R\$ 1.422.730.749,41 divididas pelas Despesas Correntes R\$ 2.309.770.253,70 apresentam índice de 0,62 indicando a necessidade de suplementação para arcar com as Despesas Correntes da folha de pagamento do Fundo Financeiro de 38% das despesas correntes, pelo



Estado para cobertura da insuficiência financeira apurada para a massa de segurados do Fundo Financeiro.

Confrontando-se as Receitas Correntes de R\$ 1.466.464.080,81 com as Despesas Correntes R\$ 2.309.770.253,70, apura-se um índice de 0,64 caracterizando necessidade de aporte do Estado frente ao Fundo Financeiro de 36% das despesas correntes, que apresenta situação deficitária.

Identifica-se a necessidade de suplementação financeira, por parte do Estado, na apuração do resultado entre Receita Orçamentária de R\$ 1.477.728.971,41 dividida pela Despesa Orçamentária de R\$ 2.311.033.726,22; cujo índice de 0,63 revela a insuficiência para fazer face às despesas do Fundo Financeiro de 37% das despesas orçamentárias.

As Receitas de Contribuições R\$ 1.387.785.404,99 quando confrontadas com o total de Receitas Orçamentárias R\$ 1.477.728.971,41 atinge o índice de 0,95 evidenciando que 95,00% das receitas referem-se à contribuição previdenciária.

Da divisão da Receita do Exercício Corrente R\$ 1.477.728.971,41 pela Receita Exercício Anterior R\$ 1.269.671.908,88 obtém-se o índice de 1,16 demonstrando um acréscimo de aproximadamente 16,39% das Receitas Totais em relação ao exercício anterior.

Apura-se o índice de 1,28 quando se divide a Despesa Exercício Corrente R\$ 2.311.033.726,22 pela Despesa Exercício Anterior R\$ 1.804.654.382,61, revelando um aumento de 1,8% das Despesas Correntes em relação ao exercício anterior.

3.2 BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13.

3.2.1 Critérios contábeis adotados para o Balanço Financeiro (art. 103, Lei 4.320/64)

- a) Demonstra as Receitas e as Despesas Orçamentárias, bem como os Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários conjugados com os saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, contemplando:
- b) A Receita Orçamentária Realizada e a Despesa Orçamentária Executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- c) As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para os RPPS;
- d) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- e) O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.
- f) Confrontando-se as Despesas Liquidadas R\$ 2.287.845.595,24 com as Despesas Pagas R\$ 2.141.159.734,66 obtém-se R\$ 146.685.860,58 de Inscrições dos Restos a Pagar Processados, no Balanço Orçamentário. Este



valor diminui em R\$ 39.750.573,95 as retenções que já passaram pelo processo de liquidação, por isso, no Balanço Financeiro consta apenas na rubrica de Restos a Pagar um valor de R\$ 106.935.286,63 referente a obrigações trabalhistas e tributárias a repassar aos órgãos competentes em janeiro/2020.

3.2.2 Análise do Resultado apurado.

- a) Dividindo-se os Ingressos R\$ 9.045.235.602,77 pelos Dispêndios R\$ 7.698.720.894,22, encontra-se um índice de 1,175, revelando um aumento da disponibilidade financeira obtida de 17,5%, ocasionado, principalmente, pelo produto das aplicações dos recursos do FPREV.
- b) Analisando-se os valores desse balanço, chega-se a um Superávit financeiro na ordem de R\$ 1.346.514.708,55 (Um Bilhão e Trezentos e Quarenta e Seis Milhões e Quinhentos e Quatorze Mil e Setecentos e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).
- c) O saldo financeiro atual R\$ 1.346.514.708,55 dividido pelo saldo financeiro anterior 747.105.200,90 apura-se um índice 1,80 de acréscimo, retificando que os recebimentos foram superiores aos pagamentos, que resultaram no superávit financeiro do exercício.
- d) O Saldo em Espécie passa o exercício seguinte R\$ 5.311.694.329,57 dividido pelo Saldo em Espécie do exercício anterior 3.965.179.621,02 apurou-se um índice 1,34 nos mostra que a disponibilidade que passa para o exercício seguinte, este quociente extraído do Balanço Financeiro possibilita averiguar certo equilíbrio entre receita e despesas, visto que este índice apontou uma sobra.

3.3 BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial líquida da Amazonprev, no exercício, apurada de acordo com a NBC T – 16.2 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o art.105 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e IPC 04-Instrução de Procedimentos Contábeis atualizado e disponibilizado no Portal do Tesouro Nacional, em janeiro de 2020.

ATIVO CIRCULANTE e ATIVO NÃO CIRCULANTE

CONTAS	2019 (R\$)	2018 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	5.893.584.336,27	4.499.247.562,63
a. Caixa Equivalente De Caixa	688.338.233,81	574.180.320,26
a.1 Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional	112.726.273,78	1.789.674,68



a.2 Aplicação Financeira de Liquidez Imediata Fundos Investimentos	575.611.959,03	572.390.645,58
a.3 Créditos Tributários a Receber	564.696.341,35	521.403.933,18
b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12.751.136,90	11.674.553,03
b.1 Alugueis a Receber	4.145.455,81	3.980.036,01
b.2 Suprimento de Fundos/Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	4.000,60	-
b.3 Créditos Receber Entidades Estatais Parcelamento	8.601.680,49	7.694.517,02
c. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.623.356.095,16	3.390.999.300,16
c.1 Aplicações em Segmento de Renda Fixa	4.623.356.095,16	3.390.999.300,16
c.2 Fundos de Investimentos em títulos do tesouro	4.623.356.095,16	3.390.999.300,16
d. Estoque	90.390,94	130.729,80
d.1 Almoxarifado/material de consumo	90.390,94	130.729,80
e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	4.352.138,11	858.725,60
e.1 VPD Financeira a Apropriar- Consolidação	4.158.984,82	662.853,87
e.2 Demais VPD a apropriar	193.153,29	195.871,73

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

a.1 Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional – Registro das OBs nºs 2019OBF3564/2019OBF3566/2019OBF3565/2019OBF3567 emitidas sem a contrapartida financeira à título de cessão onerosa para pagamento exclusivo com despesas previdenciárias ao amparo da Lei 13.885, de 17/10/2019 e da Lei Complementar nº 30 de 27/12/2001 para efeito de recebimento de tais valores especificados na fonte 02630000 - Recursos da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-sal – Previdência e Natureza de Receita: 1.7.1.8.99.1.1 - Outras Transferências da União.

a.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Fundos destinados a saldar compromissos de curtíssimo prazo, amparadas na Política de Investimentos de 2019, com parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nº 3922/2010 e 4695/2018 do CMN e alterações.



- a.3 Os Créditos Tributários a Receber** – inscrição das Contribuições Previdenciárias da competência dezembro de 2019 a serem repassadas até o décimo dia do mês subsequente, consoante previsto no art. 83, da Lei Complementar nº 30/2001.
- b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo referem-se a:**
- b.1** O valor do aluguel de imóveis do FPREV : SEAS: entre o Termo de confissão de dívida e o Contrato atual um montante de R\$ 3.802.353,09 referente as parcelas em aberto. UEA: entre o contrato anterior e o atual um montante de R\$ 343.102,72
- b.2** Suprimento de fundo a título de adiantamento concedido a servidor para despesas de pequeno vulto e posterior prestação de contas, nos termos definidos pelo Decreto 16.396 de 22 de dezembro de 1994.
- b.3** Créditos Receber a título de Taxas de Administração dos Poderes Executivo e Legislativo (ALE/AM), conforme artigo 80 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014.
- c. Investimento a Curto Prazo** – Aplicações em Fundos atrelados ao CDI, IRF-M 1 e IMA-B 5, refletindo a atualização pela marcação a mercado, nos termos da Portaria MPS nº 65/2014, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional.
- d. Estoques** - Materiais destinados ao consumo da Fundação, cujo método para mensuração e avaliação das saídas é o preço médio ponderado, conforme Lei nº 4.320/64 e Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do Setor Público.
- e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente, a saber:**
- e.1** Benefícios pagos. Aguardando relatórios da Prodam para conciliar com saídas financeiras.
- e.2** Parcela em trânsito dos Títulos CVS e tarifas bancárias descontadas para posterior devolução pelo Banco.

CONTAS	2019 (R\$)	2018 (R\$)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	791.112.001,17	806.904.715,67
f. Ativo Realizável a Longo Prazo	1.973.187,40	245.218,82
f.1 Demais Créditos e valores a longo prazo	216.649,18	245.218,82
l. Crédito à Receber por pagto. Indevido de Benefícios Previdenciários	216.649,18	245.218,82
f.2 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	1.756.538,22	-



Antecipadamente		
I. Adiantamentos De Transferências Voluntárias - LP	1.756.538,22	-
INVESTIMENTOS	781.690.074,45	798.313.308,04
g. Investimentos do RPPS de Longo Prazo	784.574.453,53	801.197.687,12
g.1 Títulos e Valores Mobiliários	724.133.447,98	739.137.387,12
I. Títulos de Responsabilidade de Tesouro	711.943.635,74	725.206.858,24
II. Aplicações em ativos sem enquadramento – títulos CVS	12.189.812,24	13.930.828,88
III. (-) Redução a valor recuperável de investimentos	2.884.379,08	2.884.379,08
g.2 Aplicações em segmento de imóveis - RPPS	60.441.005,55	62.060.000,00
IMOBILIZADO	6.483.351,32	6.378.177,64
h. Bens Móveis	6.718.547,78	6.264.003,78
h.1 Máquinas aparelhos, equipamentos	1.287.448,07	1.087.221,07
h.2 Bens de Informática	3.633.570,51	3.486.740,51
h.3 Móveis e utensílios, Equipamentos Para Áudio, Vídeo E Foto	1.668.505,28	1.640.518,28
h.4 Veículos	129.023,92	49.523,92
i. Bens Imóveis	7.225.000,00	7.225.000,00
i.1 Bens de Uso Especial	7.225.000,00	7.225.000,00
j. (-) Depreciação acumulada	7.460.196,46	7.110.826,14
j.1 Depreciação acumulada - bens móveis	5.428.421,83	5.138.451,51
j.2 Depreciação acumulada – bens imóveis	2.031.774,63	1.972.374,63
k. Intangível	965.388,00	1.968.011,17
k.1 Softwares	4.869.630,00	4.869.630,00
l. (-) Amortização Acumulada	3.904.242,00	2.901.618,83
l.1 Amortização Acumulada	3.904.242,00	2.901.618,83



f. Demais Créditos e Valores a Longo a Prazo

f.1 Parcelas a ressarcir de benefícios previdenciários pagos indevidamente.

f.2 Adiantamento concedido em duas parcelas pagas, no exercício, por força do Contrato de Gestão nº 01/2019 firmado com a Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social – AADES para fornecimento de mão de obra, mobiliários e equipamentos.

g. Investimentos do RPPS de Longo Prazo

g.1 Títulos e Valores Mobiliários

- I. Aplicações financeiras com base na Política de Investimentos de 2019, obedecendo aos parâmetros da Resolução do Conselho Monetário Nacional e alterações, distribuídas em Notas do Tesouro Nacional, série–B, que remuneram o IPCA acrescidos de taxa de juros pré-fixados contratados em percentuais de 6,48%, e 6,59%, 6,60% e 6,90% a.a., refletindo no exercício a atualização pela marcação na curva, como preceitua a Portaria MPS nº 402/2008 e suas atualizações. No exercício de 2018, o valor de R\$ 93.129.694,13, e no exercício 2019 esses valores foram transferidos. De títulos públicos federais, assim como os demais valores, encontravam-se no Ativo Não Circulante, para o Ativo Circulante.
- II. Títulos e valores - CVS tipos A, B, C e D, transferidos pelo Estado do Amazonas para fins de capitalização do Fundo Previdenciário, nos termos do art.48 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014. Os títulos são atualizados mensalmente pela TR + taxa de juro que varia de 0,3% a 0,5% conforme o tipo.
- III. Deságio dos títulos CVS apurado na pesquisa de mercado no exercício de 2018.

g.2 Aplicações em Seguimento de Imóveis

- I. Imóveis transferidos pelo Estado para capitalização do Fundo Previdenciário para fazer frente aos compromissos previdenciários futuros, de acordo com o art. 48, c/c art.113 da Lei Complementar nº 30/01 – texto consolidado em 29/07/2014. No exercício, os imóveis sofreram desvalorização, em relação ao exercício anterior, segundo laudos técnicos da SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

h. Bens móveis – bens de utilização geral adquiridos por meio de processo licitatório, avaliados mensalmente pelo custo de aquisição. O Decreto estadual nº 34.161, de 11 de novembro de 2013 instituiu o Sistema de Controle de Patrimônio – AJURI como instrumento obrigatório para a gestão de bens móveis e imóveis dos órgãos integrantes do Poder Executivo.

Conforme ofício nº 1629/2019 e 1878/2019 os bens móveis inservíveis da Fundação Amazonprev, foram encaminhados para a Secretária de Estado de



Administração e Gestão – SEAD para alienação, e no exercício de 2020 os mesmos serão baixados no exercício de 2020.

- i. Bens Imóveis – Imóvel utilizado como sede da Fundação e imóvel tombado pelo patrimônio público, transferidos pelo Estado, classificados como bem de uso especial.
- j. Depreciação de bens móveis e imóveis calculada pelo método linear, à taxa anual de 10%, exceto para os equipamentos de informática, que têm a taxa de depreciação de 20% e para os bens imóveis, com taxa de 4% seguindo a tabela da Receita Federal.
- k. Aquisição de licenças e direitos de uso de softwares vinculados à atividade fim e meio da Fundação.
- l. Amortização - calculada pelo método linear, à taxa anual de 20% a.a.

PASSIVO CIRCULANTE e PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações com pessoal, benefícios e encargos sociais a pagar e com fornecedores, atendendo às orientações do Manual de Contabilidade (MCASP 8^a Edição) – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

CONTAS	2019 (R\$)	2018 (R\$)
PASSIVO CIRCULANTE	646.129.790,70	551.205.820,3
a. Obrig.Trab. Previdenciária e Assist, A Pagar A Curto Prazo	106.935.286,63	81.999,01
b. Fornecedores A Pagar C.Prazo	893.611,67	1.730.462,81
c. Provisões a Curto Prazo	2.560.626,29	4.782.427,57
c.1 Outras Provisões a curto prazo	1.651.344,17	674.932,00
I. Provisão de Férias e 1/3 sobre as férias	1.432.289,73	580.375,89
II. Encargos sociais sobre provisões	219.054,44	94.556,11
III. Obrigações legais e tributárias – fiscais e	909.282,12	4.107.495,57
d. Demais obrigações a curto prazo	535.740.266,11	544.610.930,9
d.1 Consignações	39.750.573,95	2.074.552,77
d.2 Outras Garantias Contratuais	7.440,00	7.440,00
d.3 Salários/Pagamentos não reclamados	192.505,51	127.117,87
d.4 Depósitos Não Judiciais (Poderes)	495.789.746,65	542.401.820,3



PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.408.028.094,6	4.083.222.314
e. Provisões a Longo Prazo	5.408.028.094,6	4.083.222.314
e.1 Provisões Matemáticas Previdenciárias a	5.408.028.094,6	4.083.222.314
I. Provisão de Benefícios Concedidos	506.694.335,35	362.719.888,1
II. Provisão de Benefícios a Conceder	4.531.784.190,1	3.235.684.245
III. Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário	369.549.569,21	484.818.181,4

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

2.1 – PASSIVO CIRCULANTE

- a. Despesas com pessoal no valor de R\$ 106.935.286,63 registradas por conta do Decreto estadual nº 41.411, de 18 de novembro de 2019, que modificou a data de pagamento do funcionalismo público para o início do mês subsequente ao mês de referência.
- b. Valores referentes à Licença de uso SISPREV R\$ 876.339,45 e R\$ 17.272,22 de Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores.
- c. **Outras Provisões a curto prazo:** férias funcionais e de 1/3 de férias constitucionais; Encargos sociais sobre as provisões; Autos de Infração processados pela Receita Federal do Brasil, cujo recurso administrativo, com efeito suspensivo (art. 151, (inciso III, do CTN) foi julgado procedente em parte, com manutenção parcial do crédito tributário, nos termos do Acórdão nº 04-29.616-3ª Turma da DRJ/CGE.
- d. **Demais obrigações a curto prazo** – Consignatações a repassar R\$39.750.573,95; Valores devolvidos pela rede bancária por inconsistência no cadastro dos correntistas, não reclamados pelos beneficiários, cujo prazo adotado por orientação do Estado para baixa é de 5(cinco) anos. O valor de 495.789.746,65 são repasses feitos pelos Poderes (TJAM e TCE), que dependem de ajustes na segregação da massa previdenciária para poder efetivar as receitas do Fundo Previdenciário de cada órgão/Poder.

2.2 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

- e. **Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo** – Representam as obrigações estimadas, líquidas de contribuições a receber, dos planos geridos pela Amazonprev, incluindo os Poderes e órgãos que aderiram ao Sistema Único neste exercício. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuro. Os registros contábeis foram feitos com base na tabela 1, abaixo, de responsabilidade técnica de profissional do



atuário (MIBA 1.308) da empresa ACTUARIAL Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. A avaliação atuarial consolidada ficará disponível no site da Amazonprev www.amazonprev.am.gov

Tabela 1. Provisões Matemáticas Previdenciárias:

Contas	Discriminação	31/12/2018	31/12/2019
2.2.7.2.1.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias - Consolidação	4.083.222.314,78	5.408.028.094,68
2.2.7.2.1.01.00	Plano Financeiro - Provisão Benefícios Concedidos	18.907.408,32	41.088.701,75
2.2.7.2.1.01.01	Aposentado/Pensões/Outros Benef. do Plano Financeiro do RPPS	47.312.272.346,21	59.841.695.762,24
2.2.7.2.1.01.02	Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	2.403.604.717,37	3.515.133.453,03
2.2.7.2.1.01.03	Contribuições do Inativo para o Plano Financeiro do RPPS	1.417.054.886,12	1.978.947.506,95
2.2.7.2.1.01.04	Contribuições do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	616.764.490,12	995.396.184,13
2.2.7.2.1.01.05	Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	-	14.154,61
2.2.7.2.1.01.07	Cobertura de Insuficiência Financeira	42.855.940.844,28	53.311.115.761,77
2.2.7.2.1.02.00	Plano Financeiro - Provisão Benefícios a Conceder	-	-
2.2.7.2.1.02.01	Aposentad/Pensões/Outros Benef do Plano Financeiro do RPPS	61.517.373.111,81	69.676.536.613,28
2.2.7.2.1.02.02	Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	4.870.190.274,30	5.931.085.449,97
2.2.7.2.1.02.03	Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	4.120.930.232,11	5.018.610.765,28
2.2.7.2.1.02.04	Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	1.083.550.608,63	1.073.517.543,50
2.2.7.2.1.02.06	Cobertura de Insuficiência Financeira	51.442.701.996,77	57.653.322.854,53
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisão Benefícios Concedidos	343.812.479,86	465.605.633,60
2.2.7.2.1.03.01	Aposentad/Pensões/Outros Benef Plano Previdenciário do RPPS	364.426.943,00	505.362.001,65
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	11.166.167,53	21.534.699,35
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	5.814.810,58	10.955.472,81
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	3.633.485,03	7.266.195,89
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisão Benefícios a Conceder	3.235.684.245,16	4.531.784.190,12
2.2.7.2.1.04.01	Aposent./Pensões/Outros Benef. Plano Previdenciário do RPPS	11.566.874.202,60	15.279.082.040,48
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	4.128.105.174,54	5.367.026.617,97
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	3.493.012.070,76	4.541.330.215,23
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	710.072.712,14	838.941.017,16
2.2.7.2.1.07.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	484.818.181,44	369.549.569,21
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	484.818.181,44	369.549.569,21

Fonte: ACTUARIAL Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.

Posição FPREV - Fundo Previdenciário

- Na data-base Dezembro/18, a RMBaC e RMBC do FPREV - Fundo Previdenciário, foi de R\$ 3.235.684.245,16 e R\$ 343.812.479,86, respectivamente. Sendo assim, o Passivo Atuarial foi de R\$ 3.579.496.725,02, que confrontado com um Ativo Real Líquido de R\$ 4.064.314.906,46, resultou em um superávit de R\$ 484.818.181,44.
- Na data-base Dezembro/19, a RMBaC passou para R\$ 4.531.784.190,12 e o RMBC para R\$ 465.605.633,60, gerando um Passivo Atuarial de R\$ 4.997.389.823,72, que confrontado com um Ativo Real Líquido de R\$5.366.939.392,93, resultou em um superávit de R\$ 369.549.569,21, diferença de R\$ 115.268.612,23.



O aumento na RMBaC e a redução do superávit do FPREV se deve às alterações nas hipóteses, a atualização da tábua de mortalidade da 2016 (ambos os sexos) para IBGE 2017(separada por sexo) e a redução da taxa de juros de 6% para 5,88% ao ano. Estas mudanças repercutiram negativamente no resultado atuarial, com o aumento do valor das provisões matemáticas. Também repercutiram nos resultados a excelente rentabilidade dos investimentos ao longo de 2019 superando a meta

- atuarial e o ingresso em definitivo dos servidores do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público nos fundos FPREV e FFIN, o que também repercutiu no aumento das provisões.

Conclusão FPREV:

A despeito das ocorrências acima, o superávit atuarial de R\$ 369.549.569,21, apurado para o FPREV – Fundo Previdenciário denota que esse Fundo se encontra em perfeito equilíbrio atuarial, conforme o disposto no Art. 1º da Lei nº 9.717/98. Tal equilíbrio é de extrema importância, pois é uma das condições necessárias para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), conforme Inciso II do Art. 5º da Portaria MPS nº 204/08.

Posição FFIN - Fundo Financeiro

- O FFIN – Fundo Financeiro é um fundo em extinção e as suas obrigações previdenciárias líquidas de contribuições futuras serão cobertas pelo tesouro, cujo valor atual está representado pelas contas de Cobertura de Insuficiência Financeira. Mas a quantidade de segurados aumentou neste exercício pela inclusão dos servidores do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público.
- O valor da cobertura de insuficiência financeira de benefícios concedidos passou de R\$ 42.855.940.844,28 em dezembro/2018 para R\$ 53.311.115.761,77 em dezembro de 2019 e a cobertura da insuficiência financeira de benefícios a conceder passou de R\$51.442.701.996,77 em dezembro/2018 para R\$ 57.653.222.854,53 em dezembro de 2019.

Conclusão FFIN

A variação observada nestas contas e nas provisões do FFIN no período está relacionada à inclusão dos poderes e a alteração da tábua biométrica IBGE 2016(ambos os sexos) para IBGE 2017(separada por sexo).



Hipóteses/métodos atuariais utilizados nas duas avaliações:

Tabela 2. Resumo de Métodos e Hipóteses Atuariais:

Hipótese/Método	31/12/2018	31/12/2019
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada Normal	Idade de Entrada Normal
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	FPREV: 6% ao ano FFIN: 0% ao ano	FPREV: 5,88% ao ano FFIN: 0% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral Válidos e Inválidos	IBGE-2016(Ambos os Sexos)	IBGE-2017(Separada por Sexo)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Real de Remunerações de Ativos	3,71% ao ano	3,71% ao ano
Crescimento Real de Proventos de Inativos	2,71% ao ano	2,71% ao ano
Fator de Capacidade	100%	100%
Rotatividade	Não adotada	Não adotada
Gerações Futuras ou Novos Entrados	Não adotada	Não adotada

Segundo o estudo técnico e atuarial, a alteração da tábua de mortalidade da 2016(ambos os sexos) para IBGE 2017(separada por sexo) e a redução da taxa de juros de 6% para 5,88% ao ano nas projeções.

Tabela 3. Dados de Segurados do FPREV – Fundo Previdenciário:

Dados do FPREV	dez/18	dez/19	Variação	
Número de Servidores Ativos	38.492	40.331	+1.839	+4,50%
Média da Remuneração do Ativo (R\$)	3.916,79	4.786,92	+870,13	+26,43%
Folha Mensal Ativos (R\$ Milhões)	150,77	193,06	+42,29	+20,33%
Número de Beneficiários	734	838	+104	+8,14%



Valor Médio dos Benefícios (R\$)	2.202,67	2.689,31	+486,64	+4,76%
----------------------------------	----------	----------	---------	--------

Tabela 4. Dados de Segurados do FFIN – Fundo Financeiro:

Dados do FFIN	dez/18	dez/19	Variação	
Número de Servidores Ativos	21.743	20.957	-786	-3,6%
Média da Remuneração do Ativo (R\$)	4.576,46	5.695,57	+1.119,11	+24,5%
Folha Mensal Ativos (R\$ Milhões)	99,51	119,36	+19,85	+19,9%
Número de Beneficiários	34.634	36.157	+1.523	+4,4%
Valor Médio dos Benefícios (R\$)	4.699,94	4.833,59	+133,65	+2,8%
Folha Mensal Benefícios (R\$ Milhões)	162,78	174,77	+11,99	+7,4%
Total de Segurados	56.377	57.114	+737	+1,3%
Folha Mensal Total (R\$ Milhões)	262,29	294,13	+31,84	+12,1%

Nota do Atuário

Por fim, salientamos que os resultados de qualquer avaliação atuarial são extremamente sensíveis à confiabilidade dos dados cadastrais e financeiros fornecidos e às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos.

3.4 - DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS	2019 – (R\$)	2018– (R\$)
a. Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.382.104,94	15.001.099,39
b. Resultado Acumulado do Exercício	617.156.347,12	656.723.043,77
• Resultado acumulado do Exercício Anterior	656.723.043,77	125.144.748,79
• (-) Ajustes de Exercício Anteriores	(561.610,41)	-
• (-) Resultado do Exercício/Déficit	(39.005.086,24)	531.578.294,98
c. Total Patrimônio Líquido (a + b)	630.538.452,06	671.724.143,16

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



- a. Reavaliação dos imóveis de renda no exercício, cujo decréscimo na ordem de R\$ 1.618.994,45 em comparação ao exercício de 2018 foi contabilizado segundo a Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBC T 16.10.
- b. Situação patrimonial líquida da Fundação, já refletindo a Avaliação Atuarial consolidada de todos os poderes, com direitos e custos dos Planos de Benefícios a valor presente, em contrapartida às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. O decréscimo no saldo acumulado no valor de R\$ 561.610,41 refere-se a regularização na conta do ativo no grupo VPD Financeiras A Apropriar. O no resultado patrimonial do exercício na ordem de R\$ 39.005.086,24 deveu-se principalmente em razão da ausência de efetivação das receitas de contribuição previdenciária dos órgãos/Poderes que aderiram em 2019 à Unidade Gestora e Regime Próprios Únicos, de alterações nas hipóteses atuariais que passaram a vigorar a partir de 2019 (Portaria SPREV nº 464/2018), mudança na tábua do IBGE e na redução da taxa de juros de 6% para 5,88% e os aumentos nas folhas de pagamentos mensais dos servidores ativos, dos inativos e dos pensionistas, na ordem de 28,28% em relação ao ano anterior

3.5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Corresponde à diferença entre ativo financeiro R\$ 5.315.865.676,23 e o passivo financeiro de R\$ 665.880.955,94, o resultado no total de R\$ 4.649.984.720,29 que está demonstrado no demonstrativo do superávit/déficit financeiro para abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4.320/64, e registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de recursos, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

3.6 - GESTÃO PATRIMONIAL

Na Gestão Patrimonial são apresentados os dados referentes à evolução patrimonial com comentários acerca dos registros contábeis efetuados, demonstrando os reflexos significativos ocorridos na estrutura patrimonial.

I. BALANÇO PATRIMONIAL:

Apurou-se um Ativo Total de R\$ 6.684.696.337,44, confrontado com o Passivo Total de R\$ 6.054.157.885,38, obteve-se um resultando de R\$ 630.538.452,06 de Patrimônio Líquido, reduzido em 6,13% em relação ao exercício anterior.

II. ATIVO CIRCULANTE

Caixa e seus Equivalentes (recursos disponíveis para realização imediata) no valor de R\$ 688.338.233,81 representam 11,68% do total do Ativo Circulante. Na



comparação com exercício anterior, verificou-se que houve um acréscimo de 19,88%.

Os Créditos a Curto Prazo, no valor de R\$ 564.696.341,35 referente à Contribuições Previdenciária a Receber (Receitas por Competência), representam 9,58% do Ativo Circulante. Na comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 8,30%.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo mostra que R\$ 4.623.356.095,16 representam 78,45% do Ativo Circulante. Na comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 36,34%.

Do exercício de 2018 para o exercício de 2019 o Ativo Circulante apresentou uma variação positiva de 30,99%, conforme se verifica abaixo:

CONTAS	2018	AV ⁽¹⁾	2019	AV ⁽¹⁾	AH ⁽²⁾
ATIVO CIRCULANTE	4.499.247.562,63	100,00%	5.893.584.336,27	100,00%	30,99%
Caixa E Equivalentes De Caixa	574.180.320,26	12,76%	688.338.233,81	11,68%	19,88%
Créditos A Curto Prazo	521.403.933,18	11,59%	564.696.341,35	9,58%	8,30%
Demais Créditos E Valores A Curto Prazo	11.674.553,63	0,26%	12.751.136,90	0,22%	9,22%
Investimentos E Aplicações Temporárias A Curto Prazo	3.390.999.300,16	75,37%	4.623.356.095,16	78,45%	36,34%
Estoques	130.729,80	0,00%	90.390,94	0,00%	-30,86%
VPD Pagas Antecipadamente	858.725,60	0,02%	4.352.138,11	0,07%	406,81%

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

III.ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Não Circulante representa 11,81% do Total do Ativo, com um decréscimo de 1,96% em relação ao exercício anterior. No exercício de 2018, o valor de R\$ 93.129.694,13, e no exercício 2019 esses valores foram transferidos. De títulos públicos federais, assim como os demais valores, encontravam-se no Ativo Não Circulante, para o Ativo Circulante.



CONTAS	2018	AV ⁽¹⁾	2019	AV ⁽¹⁾	AH ⁽²⁾
ATIVO NÃO CIRCULANTE	806.904.715,67	100,00%	791.112.001,17	100,00%	-1,96%
Realizável A Longo Prazo	245.218,82	0,03%	1.973.187,40	0,25%	704,66%
Investimentos	798.313.308,04	98,94%	781.690.074,45	98,81%	-2,08%
Imobilizado	6.378.177,64	0,79%	6.483.351,32	0,82%	1,65%
Intangível	1.968.011,17	0,24%	965.388,00	0,12%	-50,95%

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

IV. PASSIVO CIRCULANTE

Passivo Circulante do exercício de 2018 para 2019 sofreu uma variação de 17,22%. Observa-se que o item mais significativo foi o de Valores Restituíveis R\$ 535.740.266,11 que representa 82,92% do Passivo Circulante. Comparando com o exercício anterior obteve-se um decréscimo de -1,63% na rubrica Valores Restituíveis (Poderes TJAM e TCE), que após a Adesão dos Poderes, os valores repassados foram arrecadados nos respectivos fundos conforme segregação de massas, enquanto no item Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar A Curto Prazo obteve-se um aumento significativo de R\$ 106.935.286,63, que representou um acréscimo 16,55% no Passivo Circulante. Em relação ao exercício anterior obteve-se um acréscimo de 130.310%, devido as mudanças na data do calendário de pagamento do funcionalismo público, e conforme tabela abaixo:

CONTAS	2018	AV ⁽¹⁾	2019	AV ⁽¹⁾	AH ⁽²⁾
PASSIVO CIRCULANTE	551.205.820,36	100,00%	646.129.790,70	100,00%	17,22%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar A Curto Prazo	81.999,01	0,01%	106.935.286,63	16,55%	130.310%
Fornecedores E Contas A Pagar A Curto Prazo	1.730.462,81	0,31%	893.611,67	0,14%	-48,36%
Provisões A Curto Prazo	4.782.427,57	0,87%	2.560.626,29	0,40%	-46,46%



Valores Restituíveis	544.610.930,97	98,80%	535.740.266,11	82,92%	-1,63%
----------------------	----------------	--------	----------------	--------	--------

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

V. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Passivo Não Circulante cresceu 32,45% em relação a 2018, tendo como item representativo as Provisões a Longo Prazo, no valor R\$ 5.408.028.094,68, com 100,00% desse item, que corresponde às Provisões Matemáticas Previdenciárias.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
CONTA	2018	AV ⁽¹⁾	2019	AV ⁽¹⁾	AH ⁽²⁾
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.083.222.314,78	100,00%	5.408.028.094,68	100,00%	32,45%
PROVISÃO MATEMÁTICA	4.083.222.314,78	100,00%	5.408.028.094,68	100,00%	32,45%

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

VI. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido alcançou o montante de R\$ 630.538.452,06, com um decréscimo de 6,13% em comparação ao exercício anterior.

3.7 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15

3.7.1 Critérios contábeis adotados para a Demonstração das Variações Patrimoniais

Prevista no art. 104 da Lei nº 4.320/64, na Portaria STN nº 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.



DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TÍTUTOS	2018	2019	VAR. %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.939.985.242,58	9.130.166.287,44	14,99%
Contribuições	2.259.626.879,11	2.217.531.081,59	-1,86%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.676.106,29	4.308.764,93	17,21%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	75.910.486,78	42.276.327,55	-44,31%
Transferências e Delegações Recebidas	4.708.289.864,67	5.899.288.225,42	25,30%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	357.986.103,07	724.490.024,55	102,38%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	534.495.802,66	242.271.863,40	-54,67%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.408.406.947,60	9.169.171.373,68	23,77%
Pessoal e Encargos	117.319.628,21	158.354.920,88	34,98%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.676.929.124,00	2.116.509.003,55	26,21%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.851.847,52	8.528.617,99	8,62%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	300,03	0,00	-100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	3.554.046.582,63	4.483.581.182,02	26,15%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	852.588.939,43	863.016.475,21	1,22%
Tributárias	90.944,30	193.761,25	113,05%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.199.579.581,48	1.538.987.412,78	28,29%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	531.578.294,98	-39.005.086,24	-107,34%

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

I. Análise do resultado apurado

O resultado patrimonial do período considerou as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apresentando Déficit Patrimonial ou Resultado do exercício negativo, no valor de R\$ 39.005.086,24. Comparando-se com o exercício anterior, obteve-se um decréscimo de 107,34% refletido, principalmente, nos eventos já relatados no Demonstrativo do Patrimônio Líquido. Houve redução no superávit atuarial no valor aproximado de R\$ 115.169.000,00, em vista das alterações promovidas pela Portaria SPREV nº 464/2018.

3.8 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

3.8.1 Critérios adotados para o Fluxo de Caixa

Apresenta informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa, ao longo do exercício, permitindo avaliar as alternativas de investimentos e as razões que ocasionaram as mudanças da situação financeira, assim como as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e a capacidade de gerar equivalentes de caixa para uma necessidade de liquidez imediata, observando os ingressos e desembolsos ocorridos no período, apurando a geração líquida de



caixa e equivalentes de caixa, que representa a soma dos fluxos de caixa líquida, decorrentes das operações, investimentos e financiamentos existentes.

3.8.2 Análise do resultado apurado

O resultado do fluxo de caixa no exercício foi positivo, no montante de R\$ 1.346.514.708,55. Comparando com o exercício de 2018, esse valor foi superior devido, principalmente, à evolução do fluxo das receitas de contribuições previdenciárias e das receitas de valores mobiliários.

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA SINTÉTICO – METODO DIRETO

Total	2018			2019		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	6.875.815.986,51	6.129.581.884,15	746.234.102,36	8.903.847.294,57	7.567.316.194,09	1.336.531.100,48
Investimentos	1.740.762,84	868.664,30	872.098,54	11.264.890,59	1.281.282,52	9.983.608,07
Total	.877.556.749,25	6.130.450.548,45	47.106.200,90	8.915.112.185,16	7.568.597.476,61	1.346.514.708,55

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia que foi gerado de caixa o suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pelo fluxo operacional, percebe-se um acréscimo de R\$ 1.336.531.100,48 entre os ingressos e desembolsos.

O fluxo líquido das atividades de investimentos foi superavitário em R\$ 9.983.608,07, demonstrando que Amazonprev conseguiu manter sua capacidade de investimentos verificada no exercício.


Flaviana Galúcio Zoumbounelos

Coordenadora da CODAC CRC n. 11086/O-0


Andreza de Souza Silva

Gerente Administrativa Financeira


André Luiz Nines Zogahib

Diretor Presidente


Miltoni Francisco Barbosa Corrêa Lima

Diretor de Administração e Finanças